

**20º PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE
ESTAGIÁRIOS – ÁREAS: DIREITO, INFORMÁTICA,
COMUNICAÇÃO SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO.**

PROVA: DIREITO

Candidato: _____

PROVA OBJETIVA E SUBJETIVA

APLICAÇÃO: 09/06/2019

INSTRUÇÕES

- Para seu melhor desempenho, **procure utilizar bem o tempo de prova;**
- Verifique se esta prova contém **40 questões objetivas e 02 questões dissertativas;**
- Para cada questão objetiva existe apenas uma assertiva correta;
- Somente será considerada para correção a folha de resposta;
- **Marque na folha de resposta apenas uma letra para cada questão,** marcando um "X" com caneta esferográfica preta ou azul; mais de uma letra preenchida implicará anulação da questão;
- **Não haverá substituição da folha de respostas;**
- Não é permitida qualquer consulta;
- A resolução das questões objetivas e subjetivas, bem como o preenchimento da folha de resposta, deverão ser realizados no prazo total de 04 (quatro) horas;
- Este caderno de questões deve ser entregue ao final da prova.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
20º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01- Assinale a alternativa correta a respeito da conciliação e da mediação judicial, nos termos do Código de Processo Civil de 2015: (MPE-PR - MPE-PR - 2019 - Adaptada)

- a) Como o Ministério Público tem a função de fiscal da ordem jurídica, a legislação não lhe impõe a busca pela conciliação nem pela mediação.
- b) O Código de Processo restringe a atuação de um único conciliador ou mediador, por processo.
- c) O conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes e pode sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.
- d) A conciliação é indicada para casos em que houver vínculo anterior entre as partes.

02- Assinale a alternativa correta acerca das normas fundamentais do processo civil, de acordo com o Código de Processo Civil de 2015: (MPE-PR - MPE-PR - 2019 - Adaptada)

- a) A exigência de comportamento com boa-fé, do Código de Processo Civil, aplica-se somente às partes.
- b) Há regra geral do Código de Processo Civil que permite que decisões sejam proferidas sem a oitiva da parte afetada.
- c) A atividade satisfativa da tutela jurisdicional deve ser prestada com duração razoável.
- d) A solução consensual dos conflitos é incentivada somente em momentos pré-processuais.

03- Quanto às disposições processuais civis que regem a atuação do Ministério Público, o CPC não dispõe que:

- a) a participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- b) nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- c) o membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- d) o juiz aplicará multa pecuniária aos membros do Ministério Público que praticarem ato atentatório à dignidade da justiça.

04- Julgue os seguintes itens, acerca de ação civil pública, ação popular, mandado de segurança e mandado de injunção. (CESPE - MPE-PI - 2019 - Adaptada)

I - O STJ firmou entendimento de que, em ação civil pública promovida pelo Ministério Público, o adiantamento dos honorários periciais ficará a cargo

da Fazenda Pública à qual está vinculado o *parquet*.

II - O Ministério Público poderá interpor recurso contra sentença que julgou improcedente o pedido do autor da ação popular.

III - Não se concederá mandado de segurança de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, desde que oferecida a caução.

IV - O mandado de injunção pode ser individual ou coletivo, podendo, nesse último caso, ser promovido pelo Ministério Público.

Estão certos apenas os itens:

- a) I, II e IV.
- b) III e IV.
- c) I e II.
- d) I e III.

05- No que concerne à apelação, é correto afirmar que: (FGV - DPE-RJ - 2019 - Adaptada)

- a) é o recurso cabível para impugnar sentenças e decisões interlocutórias de mérito.
- b) inserem-se no seu efeito devolutivo todos os fundamentos do pedido, ainda que o juiz tenha acolhido apenas um deles.
- c) em regra, é espécie recursal desprovida de efeito suspensivo.
- d) caso não se observe pelo menos um de seus requisitos de admissibilidade, o juízo *a quo* poderá deixar de recebê-la.

06- Nos termos do Art. 1.015 do CPC, pode-se afirmar que o Agravo de Instrumento é cabível contra decisão interlocutória que: (UPENET/IAUPE - UPE - 2019 - Adaptada)

- a) acolher o pedido de benefício de justiça gratuita.
- b) deferir a inclusão de litisconsorte.
- c) admitir a intervenção de terceiro.
- d) determinar a emenda da petição inicial.

07- Em relação às respostas do réu, assinale a alternativa correta. (UPENET/IAUPE - UPE - 2019 - Adaptada)

- a) A reconvenção não pode ser proposta contra o terceiro.
- b) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de realização do ato, independentemente da data de publicação.
- c) A desistência da ação pelo autor acarreta a extinção da reconvenção.
- d) Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito, em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
20º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

processual.

08- No que concerne às regras estabelecidas para a tutela provisória, o Código de Processo Civil determina que a concessão, pelo magistrado, da tutela de evidência: (CESPE - TJ-PR - 2019 - Adaptada)

- a) poderá ser deferida liminarmente caso os fatos sejam comprovados apenas pela via documental e exista tese firmada em julgamento de casos repetitivos.
- b) dependerá da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo e ocorrerá nas situações em que os efeitos da decisão sejam reversíveis.
- c) será realizada na forma de decisão interlocutória de mérito e produzirá coisa julgada material caso não seja impugnada pelo réu.
- d) será cabível somente na hipótese de verificação de abuso do direito de defesa da parte ré, haja vista a natureza punitiva dessa modalidade de tutela provisória.

DIREITO CIVIL

09- De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), marque a alternativa incorreta:

- a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- b) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
- c) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, independentemente dos direitos dos administrados.
- d) Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.

10- Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. No entanto, a capacidade pode ser relativa ou absoluta em algumas situações. Diante do exposto, assinale alternativa correta: (VUNESP - Câmara de Nova Odessa - SP - 2018 - Adaptada)

- a) São relativamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua

vontade.

- b) São absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- c) São relativamente incapazes aqueles que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- d) São absolutamente incapazes aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos.

11- Com base no Código Civil, a respeito dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta: (IADES - AL-GO - 2019 - Adaptada)

- a) O silêncio não importa anuência, mesmo quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- b) Nas declarações de vontade, atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- c) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- d) A validade do negócio jurídico independe da capacidade do agente.

12- São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente. De outro lado, são móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. Com relação ao assunto, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

() Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.

() Consideram-se móveis para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.

() Consideram-se imóveis para os efeitos legais os materiais provenientes da demolição de algum prédio.

() Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo: (NC-UFPR - TJ-PR - 2019 - Adaptada)

- a) F - V - V - F.
- b) V - F - V - F.
- c) F - V - F - V.
- d) V - F - F - V.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
20º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

13- Sobre o conceito, os elementos constitutivos e as fontes das obrigações, é incorreto afirmar:

- a) Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou.
- b) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, exceto se mais valiosa.
- c) A coisa incerta deverá ser indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
- d) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.

14- Sobre o direito contratual, é incorreto afirmar: (NC-UFPR - Câmara de Quitandinha-PR - 2018 - Adaptada)

- a) Os contratos reais são aqueles que se formam unicamente pelo acordo de vontades, independentemente da entrega da coisa e da observância de determinada forma.
- b) A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
- c) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
- d) Entre os conceitos correlatos à boa-fé objetiva estão os seguintes postulados: Venire contra factum proprium, Suppressio, Surrectio e Tu quoque.

DIREITO CONSTITUCIONAL

15- Assinale a alternativa integralmente correta. Nos termos do art. 109, da Constituição da República, aos juízes federais compete processar e julgar:

- a) as causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública federal ou sociedade de economia mista forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes.
- b) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, Estado-membro, Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- c) as causas fundadas em contrato da União ou dos municípios com Estado estrangeiro ou organismo internacional
- d) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

16- No que se refere ao direito à educação, assinale a alternativa integralmente correta, com base na Constituição da República:

- a) o ensino religioso, de matrícula obrigatória aos maiores de 6 (seis) anos, constituirá disciplina dos

horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

- b) o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

c) a União atuará prioritariamente no ensino fundamental e médio.

- d) os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, sendo vedada a sua transferência a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

17- A comunidade quilombola de São José de Macapá postula, há mais de 20 anos, o reconhecimento da propriedade definitiva sobre as terras ocupadas, nos termos do art. 68, da Constituição da República. Contudo, existem pessoas que vivem na área reivindicada que não desejam a titulação coletiva da terra em prol da comunidade quilombola, principalmente fazendeiros que possuem, inclusive, títulos de propriedade registrados em cartório. Com base no caso hipotético relatado, assinale a alternativa integralmente correta:

- a) não há direito ao reconhecimento da propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo, pois o art. 68, da Constituição da República, determina que a área reivindicada deve estar ocupada, exclusivamente, por quilombolas.

b) não há direito ao reconhecimento da propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo, pois o art. 68, da Constituição da República, determina que a área reivindicada deve ser livre e desembaraçada, não podendo, portanto, estar previamente titulada em cartório de registro de imóveis em nome de fazendeiros.

- c) há direito ao reconhecimento da propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo, pois o art. 68, da Constituição da República, não estabelece requisitos e limitações além da própria ocupação da terra, que deve ser entendida em sentido amplo, incluindo-se as áreas essenciais para a sobrevivência da comunidade tradicional.

d) há direito ao reconhecimento da propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo, nos termos do art. 68, da Constituição da República. Entretanto, os imóveis titulados em nome dos fazendeiros não poderão ser desapropriados pelo Estado em prol da comunidade quilombola, tendo em vista expressa vedação constitucional.

18- Em relação ao direito de consulta prévia, livre e informada das populações indígenas e comunidades tradicionais, nos termos do art. 6º, da Convenção n. 169, da Organização Internacional do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o referido tratado internacional sobre direitos humanos determina que os governos deverão consultar



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
20º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

b) as consultas realizadas na aplicação da Convenção n. 169, da OIT, deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

c) os protocolos de consulta elaborados pelas próprias comunidades tradicionais definem o modo e os procedimentos que deverão ser seguidos pelo governo para consultar os povos interessados. No Estado do Amapá, podemos citar, como exemplos, os protocolos de consulta elaborados pela comunidade indígena Wajãpi e pelos povos indígenas do Oiapoque.

d) considerando a complexidade e o alto custo da consulta prévia, livre e informada, a Convenção n. 169, da OIT, faculta aos governos a possibilidade de postergar a consulta aos povos interessados, criando-se uma espécie de ratificação *a posteriori* das medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

19- Assinale a alternativa INCORRETA. A Constituição da República, nos termos de seu art. 60, poderá ser emendada mediante proposta:

- a) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- b) do Presidente da República.
- c) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- d) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

20- O habeas corpus nº 82.424 foi impetrado perante o Supremo Tribunal Federal em favor de Siegfried Ellwanger, escritor e editor que fora condenado em instância recursal pelo crime de antissemitismo e por publicar, vender e distribuir material antissemita. O art. 5º, inciso XLII, da Constituição brasileira, estabelece que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível”. Os impetrantes, baseados na premissa de que os judeus não são uma raça, alegaram que o delito de discriminação antissemita pelo qual o paciente fora condenado não tem conotação racial para se lhe atribuir a imprescritibilidade que, pelo art. 5º, XLII, da Constituição Federal, teria ficado restrita ao crime de racismo. À luz da jurisprudência do STF no “caso Ellwanger”, assinale a alternativa INCORRETA:

a) o Plenário do STF, partindo da premissa de que não há subdivisões biológicas na espécie humana, entendeu

que a divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político-social, motivo pelo qual concedeu, por maioria, a ordem de habeas corpus ao paciente Siegfried Ellwanger.

b) para a construção da definição jurídico-constitucional do termo “racismo”, o STF concluiu que é necessário, por meio da interpretação teleológica e sistêmica da Constituição, conjugar fatores e circunstâncias históricas, políticas e sociais que regeram a sua formação e aplicação.

c) o STF reconheceu que a edição e publicação de obras escritas veiculando ideias antissemitas, que buscam resgatar e dar credibilidade à concepção racial definida pelo regime nazista, negadoras e subversoras de fatos históricos incontroversos como o holocausto, consubstanciadas na pretensa inferioridade e desqualificação do povo judeu, equivalem à incitação ao discrimen com acentuado conteúdo racista, reforçadas pelas consequências históricas dos atos em que se baseiam.

d) o STF decidiu que a Constituição Federal impôs aos agentes de delitos de racismo, pela gravidade e repulsividade da ofensa, a cláusula de imprescritibilidade, para que fique, “ad perpetuum rei memoriam”, verberado o repúdio e a abjeção da sociedade nacional à sua prática.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21- Assinale a alternativa INCORRETA. Nos termos do art. 11, da Lei n. 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

- a) deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.
- b) transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere.
- c) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- d) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

22- Assinale a alternativa INCORRETA. Consoante disposto no art. 37, da Constituição da República, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

a) durante o prazo improrrogável previsto no edital



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
20º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira, salvo se sobrevier decreto do Poder Executivo dispondo em sentido contrário.

b) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

c) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

d) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

23- Com fundamento no que determina a Constituição da República, assinale a alternativa integralmente correta:

a) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, sendo permitida, porém, a divulgação do nome do responsável pela obra.

b) os atos de improbidade administrativa importarão a cassação ou suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

c) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.

d) a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

24- Assinale a alternativa INCORRETA. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Os servidores abrangidos pelo referido regime de previdência serão aposentados:

a) por invalidez permanente, sendo os proventos

proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

b) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos integrais.

c) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.

d) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.

25- Com base na Lei n. 8.429/1992, assinale a alternativa integralmente correta:

a) a aplicação das sanções previstas no referido diploma legal independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público; assim como da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

b) as ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na mencionada lei podem ser propostas dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, em todos os casos.

c) constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia não o sabe inocente.

d) o Ministério Público, se não intervir na ação de improbidade administrativa como parte, poderá, caso entenda necessário, atuar como fiscal da lei, conforme art. 17, § 4º, da Lei n. 8.429/1992.

26- À luz do art. 99, da Lei n. 10.406/2002, assinale a alternativa INCORRETA. São bens públicos:

a) os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

b) os de uso restrito às forças armadas, tais como quartéis, brigadas militares e batalhões.

c) os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

d) os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Não dispondo a lei em contrário,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
20º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

DIREITO PENAL

27- Assinale a alternativa correta:

- a) O Código Penal brasileiro adota a teoria normativa do dolo.
- b) Se o agente não quis o resultado, mas assumir o risco de produzi-lo, responderá por crime culposos desde que o tipo penal admita essa modalidade.
- c) O crime de estelionato é um crime formal, ou seja, prescinde de resultado naturalístico para sua consumação.
- d) Não cabe tentativa nos crimes culposos.

28- Assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- b) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- c) A superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação quando, por si só, produzir o resultado.
- d) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.

29- Assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- c) O Código Penal brasileiro não positivou o instituto que Franz Von Liszt denominou de "ponte de ouro", todavia o STJ entende compatível com nosso Ordenamento Jurídico.
- d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

30 - Assinale a alternativa correta:

- a) Quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, o condenado cumprirá simultaneamente as que forem compatíveis entre si e sucessivamente as demais.
- b) No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e proporcionalmente.
- c) Sobrevindo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação,

computando-se, para esse fim, o período de pena já cumprido.

d) os delitos militares são considerados para fins de reincidência.

31- Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a consumação dos delitos previstos no art. 1º da Lei 8.137/90 prescinde de lançamento tributário definitivo.
- b) negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação constitui crime contra a ordem tributária, ainda que não haja redução ou supressão de tributo nos termos do art. 1º da Lei nº 8.137/90.
- c) o delito previsto no art. 3º, I, da Lei nº 8.137/90 - extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social - pode ser classificado como próprio, material e instantâneo.
- d) o servidor que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público comete crime punido com reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

32- Marque a assertiva incorreta:

- a) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.
- b) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- c) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- d) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

33- Marque a alternativa incorreta:

- a) O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral
- b) Computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, mas não a prisão administrativa.
- c) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado..



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
20º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

d) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

34- Assinale a resposta incorreta:

- a) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.
- b) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.
- c) Compete à Justiça Estadual comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar de falsificação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou de Carteira de Habilitação de Amador (CHA), ainda que expedidas pela Marinha do Brasil.
- d) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

35- Assinale a alternativa incorreta:

- a) A ação penal nos crimes de lesão corporal leve cometidos em detrimento da mulher, no âmbito doméstico e familiar, é pública incondicionada.
- b) Se descumpridas as condições impostas durante o período de prova da suspensão condicional do processo, o benefício poderá ser revogado, mesmo se já ultrapassado o prazo legal, desde que referente a fato ocorrido durante sua vigência.
- c) Não há óbice a que se estabeleçam, no prudente uso da faculdade judicial disposta no art. 89, § 2º, da Lei n. 9.099/1995, obrigações equivalentes, do ponto de vista prático, a sanções penais (tais como a prestação de serviços comunitários ou a prestação pecuniária), mas que, para os fins do sursis processual, se apresentam tão somente como condições para sua incidência.
- d) A jurisprudência de ambas as Turmas do STJ e do STF é firme em assinalar que o § 2º do art. 89 da Lei n. 9.099/1995 veda a imposição de outras condições, ainda que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado, em face do princípio da legalidade estrita que deve reger as sanções penais.

36 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão

requisitar, independente de autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados - como sinais, informações e outros - que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

- b) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- c) Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.
- d) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

37- Em relação à ação penal, marque a alternativa incorreta:

- a) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- b) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.
- c) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- d) Ao Ministério público, ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.

38- Marque a alternativa incorreta:

- a) O Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto, desde que forma fundamentada.
- b) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que conceder ou negar a ordem de habeas corpus.
- c) Os recursos terão efeito suspensivo nos casos de perda da fiança, de concessão de livramento condicional.
- d) O Ministério Público, ao contrário da Defensoria Pública Federal, não tem prazo em dobro no processo penal.

39- Em relação às medidas cautelares no processo penal, marque a alternativa incorreta:

- a) Serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva os ministros de confissão religiosa.
- b) O militar preso em flagrante delito, após a lavratura dos procedimentos legais, será recolhido a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
20º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO

quartel da instituição a que pertencer, onde ficará preso à disposição das autoridades competentes.

c) Não havendo estabelecimento específico para o preso especial, este será recolhido em prisão domiciliar.

d) A captura poderá ser requisitada, à vista de mandado judicial, por qualquer meio de comunicação, tomadas pela autoridade, a quem se fizer a requisição, as precauções necessárias para averiguar a autenticidade desta.

40- Em relação aos recursos no processo penal, marque a alternativa incorreta:

a) O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor.

b) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

c) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que não receber a denúncia ou a queixa.

d) Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias da decisão que pronunciar o réu.

[illegible]

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO, INFORMÁTICA, COMUNICAÇÃO
SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO
FOLHA DE RESPOSTAS - PROVA SUBJETIVA - DIREITO

“Toffoli abre inquérito para apurar 'notícias fraudulentas', ofensas e ameaças a ministros do STF

Presidente do Supremo determinou abertura de inquérito para apurar 'notícias fraudulentas, denúncias caluniosas, ameaças e infrações' que atinjam o STF, seus ministros e familiares.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, anunciou nesta quinta-feira (14) abertura de inquérito criminal para apurar "notícias fraudulentas", ofensas e ameaças, que "atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros e familiares".

O ministro anunciou a medida no início da sessão da Corte desta quinta. Dias Toffoli nomeou o ministro Alexandre de Moraes como instrutor do processo.

A portaria não delimita um objeto específico ou grupo a ser investigado, apenas as possíveis infrações.

"O presidente do Supremo Tribunal Federal no uso de atribuições que lhe conferem o regimento interno considerando que velar pela intangibilidade das prerrogativas do Supremo Tribunal Federal e dos seus membros é atribuição regimental do presidente da corte, considerando a existência de notícias fraudulentas, conhecidas como fake news, denúncias caluniosas, ameaças e infrações revestidas de *animus caluniandi*, *diffamandi* e *injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros e familiares, resolve, como resolvido já está, nos termos do artigo 43, instaurar inquérito criminal para apuração de fatos e infrações correspondentes em toda sua dimensão. Designo instrutor do feito o ministro Alexandre de Moraes que poderá requerer estrutura necessária", afirmou o ministro.

O ministro destacou que o STF sempre atou na defesa das liberdades, em especial, "na liberdade de imprensa e de uma imprensa livre em vários dos seus julgados".

"Tenho dito sempre que não existe estado democrático de direito, não existe democracia sem o Judiciário independente e sem uma imprensa livre", afirmou Dias Toffoli."

(Adaptado. disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/14/toffoli-anuncia-inquerito-para-apurar-noticias-fraudulentas-que-ofendam-a-honra-do-stf.ghtml>; acesso em: 5 maio 2019)".

FOLHA DE RESPOSTAS - PROVA SUBJETIVA - DIREITO[illegible]

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO, INFORMÁTICA, COMUNICAÇÃO
SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO
FOLHA DE RESPOSTAS - PROVA SUBJETIVA - DIREITO

“STF censura sites e manda retirar matéria que liga Toffoli à Odebrecht

Ministro Alexandre de Moraes, do STF, relator de inquérito que apura notícias fraudulentas, estipulou multa diária de R\$ 100 mil. PF vai ouvir responsáveis do site 'O Antagonista' e da revista 'Crusoé', que publicaram documento que cita presidente do STF.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou nesta segunda-feira (15) que o site "O Antagonista" e a revista "Crusoé" retirem do ar reportagens e notas que citam o presidente da Corte, Dias Toffoli.

Moraes estipulou multa diária de R\$ 100 mil e mandou a Polícia Federal ouvir os responsáveis do site e da revista em até 72 horas.

(...)

Alexandre de Moraes decidiu sobre a questão porque é relator de um inquérito aberto no mês passado para apurar notícias fraudulentas que possam ferir a honra dos ministros ou vazamentos de informações sobre integrantes da Corte.

(...)

Na própria sexta, segundo a decisão de Alexandre de Moraes, Toffoli mandou mensagem pedindo apuração, com o seguinte teor:

"Permita-me o uso desse meio para uma formalização, haja vista estar fora do Brasil. Diante de mentiras e ataques e da nota ora divulgada pela PGR que encaminho abaixo, requeiro a V. Exa. Autorizando transformar em termo está mensagem, a devida apuração das mentiras recém divulgadas por pessoas e sites ignóbeis que querem atingir as instituições brasileiras", afirmou o presidente do Supremo.

Na decisão, o ministro Alexandre de Moraes cita que o esclarecimento feito pela PGR "tornam falsas as afirmações veiculadas na matéria "O amigo do amigo de meu pai", em tópico exemplo de fake news - o que exige a intervenção do Poder Judiciário". "A plena proteção constitucional da exteriorização da opinião (aspecto positivo) não constitui cláusula de isenção de eventual responsabilidade por publicações injuriosas e difamatórias, que, contudo, deverão ser analisadas sempre a posteriori, jamais como restrição prévia e genérica à liberdade de manifestação", afirmou.

(Adaptado. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/15/stf-censura-sites-e-e-manda-retirar-materia-que-liga-toffoli-a-odebrecht.ghtml>; Acesso em 6 maio 2019).